



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem aos
Desembargadores Sebastião de Vasconcellos
Leme e Pedro de Alcântara da
Silva Leme*

22/09/2015

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO EM HOMENAGEM AO DES. PEDRO ALCÂNTARA DA SILVA LEME - Des. Pedro Alcântara da Silva Leme Filho (Filho do homenageado e Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

PALAVRAS PROFERIDAS EM HOMENAGEM AO DES. PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA LEME - Paulo Bomfim (Decano da Academia Paulista de Letras e Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM HOMENAGEM AO DES. SEBASTIÃO DE VASCONCELLOS LEME - Des. Gilberto Leme Marcos Garcia (Neto do homenageado e Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

ENCERRAMENTO - Des. Eros Piceli (Vice-Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou os desembargadores **Sebastião de Vasconcellos Leme** e **Pedro de Alcântara da Silva Leme**, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

A **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante** foi duplamente especial, pois homenageou dois dignos magistrados: os desembargadores Sebastião de Vasconcellos Leme (pai) e Pedro Alcântara da Silva Leme (filho). O projeto é uma comemoração antecipada do sesquicentenário da Corte paulista e seu intuito é manter viva a lembrança dos homens que erigiram os alicerces da instituição. A responsabilidade de falar sobre Pedro Leme coube a um de seus filhos, o desembargador **Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho**. “Cresci testemunha de sacrifícios pessoais do meu avô e do meu pai, bem como de diversos colegas deles, por um ideal de Justiça”, afirmou. Para desempenhar melhor a tarefa, o magistrado pediu ajuda a um convidado especial: o decano da academia Paulista de Letras e chefe de Gabinete da Presidência, poeta Paulo Bomfim, que foi amigo do homenageado.

Excelentíssimo Senhor Desembargador José Renato Nalini, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes. Agradeço a presença dos colegas, advogados, membros do MP. Minha esposa Renata. Meus filhos, Isabela e Doca. Meus irmãos Luis, Patricia e Maria Cecília. Meus tios e primos. Dr. Assis. Agradeço especialmente a presença dos meus colegas de Câmara, Desembargadores Luiz Ambra, Grava Brasil, Salles Rossi, Silvério da Silva, Alexandre Coelho, Guilherme Ferreira da Cruz. Agradeço especialmente meus queridos assistentes, que tanto me ajudam, Reinaldo, Adriana, Beatriz, Fabiana, Pedro, Christiane. A Ritinha, que levou meu sorriso, se aposentando antes da compulsória. Agradeço a presença do Desembargador Caetano Lagrasta. Do querido Theodureto Camargo. Desembargador Joaquim Garcia. Agradeço a presença de grandes amigos do meu pai, alguns dos quais consegui convidar pessoalmente. Agradeço a presença dos meus amigos.

Agradeço, também especialmente, ao presidente desta Corte de Justiça, pelas homenagens que vem prestando a juízes que integraram este Tribunal, e que hoje não se encontram mais entre nós.

A vida de juiz é dura. Sou juiz há pouco tempo, mas sou filho e neto de magistrados de carreira, os homenageados de hoje, e cresci testemunha de sacrifícios pessoais, do meu avô e do meu pai, bem como de diversos colegas deles contemporâneos, por um ideal de justiça.

Assim, as homenagens que o Desembargador Renato Nalini teve a sensibilidade de prestar a falecidos juízes, faz justiça a quem pela Justiça se sacrificou.

Por outro lado, a despeito dos sacrifícios, os juízes que crêem na “SACRALIDADE DA TOGA, NA MISSÃO DE JULGAR, NA VITÓRIA DA LEI A SERVIÇO DO BEM”, não esmorecem, e mesmo encontram lenitivo na árdua missão de fazer a justiça acontecer.

Faço outro especial agradecimento, este ao poeta Paulo Bomfim, a quem parafraseei há pouco, roubando um verso do “Credo”, homenagem maior à Magistratura Bandeirante. Meu avô e meu pai devotavam profundo respeito, admiração sincera e fraterna amizade ao Paulo Bomfim, sentimentos que, agora, já atravessam três gerações. A ele pedi socorro com o fim de dar um início poético a esta homenagem. A ele passo a palavra.

Introdução do poeta PAULO BOMFIM

Pois bem, quando o poeta Paulo Bomfim me disse que na homenagem ao meu pai eu deveria ler o texto que escrevi há algum tempo, relutei inicialmente.

Perguntei-me se seria apropriado, uma vez que a homenagem é para o desembargador Silva Leme e está inserida nas comemorações do sesquicentenário desta Corte de Justiça.

Porém, com certo atrevimento, aceitei o conselho do Paulo Bomfim porque, na verdade, eu não queria que apenas o juiz



fosse homenageado. Eu queria falar do meu pai, queria lembrar o amigo leal de vocês, queria falar da essência espiritual do homem que realmente acreditava na igualdade entre as pessoas.

Além disso, quem sou eu para contrariar o príncipe dos poetas. Então, passo a ler o que escrevi há algum tempo.

PEDIDO e COMPROMISSO

Um pedido feito há muito tempo pelo pai. Um compromisso assumido pelo filho.

O pai, meu pai, nasceu juiz de direito. Cresceu juiz. Tornou-se juiz. Nas histórias que me contava na infância, os personagens arriscavam a vida pela honra, a dignidade prevalecia sobre a esperteza, a justiça vencida a injustiça.

O filho, meu irmão, nasceu médico. Cresceu médico. Tornou-se médico. Nos seus sonhos, todas as pessoas recebiam o melhor atendimento que a medicina pudesse oferecer, o médico salvava o paciente mesmo nas situações mais críticas, a doença perdia a batalha para a medicina.

Pedro e Luis, profissões diferentes, corações idênticos.

Embora nascidos, crescidos e tornados juiz de direito e médico, sempre se apresentaram como pescadores em primeiro lugar, e, em segundo, como corintiano o meu pai e como pontepretano o meu irmão.

Com eles aprendi a gostar de pescaria, embora ainda não tenha aprendido a pescar, por mais que se esforçassem a me ensinar. Conseguiram me ensinar, entretanto, que mais que uns dias na beira do rio, uma pescaria é um estado de espírito, uma forma única de encontrar, ao menos durante aquele período, paz interior, e de obter um fugaz ou mesmo um pleno contato com coisas de maior significado. Só pescando com as pessoas certas para entender.

O pedido do meu pai ao meu irmão foi feito em uma “cunversa” de beira de rio, depois de uns goles de cachaça. Pediu para ser cremado quando morresse, e que suas cinzas fossem jogadas no rio Araguaia. O Pedrão, como nós o chamávamos, tinha horror a lugares fechados. Adorava a natureza, espaços abertos, e especialmente o Araguaião, “o mais lindo poema que Deus derramou sobre o sertão brasileiro”, como não se cansava de repetir, citando José Mauro de Vasconcellos.

Não presenciei o pedido, pois ainda não pescava nessa época (quanto tempo desperdiçado). Meu irmão começou a pescar muito cedo com meu pai, mas eu passei a acompanhá-los somente mais tarde. Conhecendo o Luis, sei que não disse sim nem não naquele momento, e deve ter mudado de assunto reclamando que em pescaria não se fala em morte. Mas registrou o pedido e o compromisso estava assumido.

Meu pai faleceu em 2009. Foi um bom juiz, mas foi, acima de tudo, um juiz bom. Exercia a autoridade do cargo sem nenhum autoritarismo e apenas porque acreditava no direito como instrumento de realização da justiça. Diferenciava, como todo bom juiz, o criminoso do homem que, por circunstâncias da vida, comete um crime. Para estes, buscava atenuantes maiores que as previstas em lei, e, se indagado, recitava um dito antigo: “não critique o tropeço dos outros, porque um dia o seu pé pode lhe faltar”. Mesmo aos criminosos, aplicava as sanções estabelecidas na lei com indulgência, condenando-os à menor pena possível para aquele delito. Acreditava na pessoa humana.

A forma como meu pai exercia a judicatura era a projeção de seu caráter e de sua personalidade. Era um homem bom, no sentido mais elevado do termo, profundamente compreensivo com as pessoas, angustiado pela justiça, nos tribunais e na vida. Encontrava a sua paz quando bondade, compreensão e justiça se manifestavam à sua frente. Encontrava paz quando pescava. Em paz, tinha o sorriso mais terno e mais bonito que já vi, e o riso mais contagiante do mundo. Era impossível, para quem estivesse ao seu lado, não sorrir ou rir quando meu pai, em paz consigo, sorria ou ria.

Arrependo-me tanto de não ter compreendido o Pedrão como deveria, de não ter conversado mais com ele (quanta coisa desperdiçada). Desde sua morte, as palavras do apóstolo Paulo me vêm à mente associadas à sua lembrança: “Combati o bom combate, terminei minha carreira, guardei a fé” (2Tim 4,7). Legado precioso, fardo pesado, norte obrigatório.

O Luis cumpriu o compromisso em 2010. Levou as cinzas do Pedrão para serem jogadas nas águas do rio Araguaia. Fomos juntos.



Coisas de maior significado conspiraram a favor do pescador que queria repousar no rio que tanto amava. O dia estava ensolarado, o Araguaia brilhava, parecia alegre. Meu irmão soltou as cinzas nas águas em uma curva de praia, meio remanso meio corredeira, um lugar lindo, preparado pelo velho rio especialmente para receber o Pedrão. Outras pescarias, em segunda instância, o aguardavam.

Não houve tristeza, apenas uma serena melancolia, a percepção tardia de que ele não pescaria mais conosco. Quando as cinzas foram soltas, vi meu pai sorrindo com ternura. Quando brindamos sua vida, oferecendo um gole a ele e ao seu Araguaia, ouvi o seu riso contagiante.

Todos sorrimos e demos risadas. Afinal, todo mundo sorria e dava risada com meu pai quando ele estava em paz. Até mesmo o rio Araguaia.

Foi isso o que escrevi para o meu pai.

Muito obrigado a todos.

Já a respeito de Sebastião de Vasconcellos Leme falou um dos seus netos, o também desembargador **Gilberto Leme Marcos Garcia**:

Exmo. Sr. Dr. José Renato Nalini, Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de quem cumprimento todas as ilustres autoridades aqui presentes.

Exmo. Sr. Dr. Eros Piceli, Vice-Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, em nome de quem cumprimento todos os meus familiares e demais presentes.

Senhoras e Senhores.

É com grande honra e muita emoção que compareço nesta solenidade para homenagear o meu falecido avô, Des. Sebastião de Vasconcellos Leme, para nós, netos, o querido Vô Bastião, que foi casado por mais de 65 anos com Dona Eunice de Assis do Valle Leme, para nós, netos, a querida Vó Zita.

Meu Vô Bastião e minha Vó Zita nasceram na nossa Bragança Paulista, ele em 20/01/1901, ela em 27/08/1905, sendo ambos pertencentes a famílias muito antigas da cidade. Ali foram criados e vieram a se conhecer, ainda muito jovens. Casaram-se cedo, ele tinha 22 anos e ela apenas 18. Passaram toda a vida juntos, como um casal de apaixonados, não se largavam por nada. De 1924 a 1929 tiveram 04 filhos, minha tia Carmem, meu tio Júlio César, meu tio Pedro de Alcântara, também homenageado na presente data e minha querida madrinha, tia Inês, aqui presente.

Depois disso, no início da década de 30, meu avô, jovem advogado em Bragança Paulista, após muita dedicação nos estudos, ingressou no Poder Judiciário Bandeirante. Tornou-se juiz e como juiz substituto foi designado para atuar em diversas Comarcas do Vale do Paraíba. Posteriormente, foi promovido a Juiz Titular da então Comarca de São José do Barreiro, no fundo do Vale do Paraíba, e seu período de judicatura na cidade coincidiu com um dos momentos mais difíceis e turbulentos da história de nosso Estado de São Paulo, quando tivemos nossas terras invadidas por forças federais durante o movimento denominado Revolução Constitucionalista de 1932, entre os meses de julho e outubro daquele ano. A principal investida das forças federais se deu justamente no Vale do Paraíba, na divisa com o Estado do RJ, local que foi tido pelos paulistas como palco principal da revolução e onde se pensava que o Governo Provisório de Getúlio Vargas pudesse sucumbir. A história nos mostra, porém, que não foi isso que aconteceu. São Paulo perdeu a guerra, mas depois de 02 anos colhemos os frutos da revolução, com a promulgação da Constituição Federal de 1934.

Meu Vô Bastião, em plena revolução, mesmo sendo juiz titular de São José do Barreiro, depois de uma tarde repleta de audiências, despiu-se da toga, vestiu a farda e armou-se com fuzil, colocando-se à disposição da Força Pública Paulista, não sem antes providenciar que sua mulher e os quatro filhos permanecessem em local



seguro, já que a cidade havia sido invadida e saqueada pelas tropas federais. Meu avô, na condição de soldado, lutou bravamente durante a Revolução de 32, imbuído do ideário republicano que sempre se fez presente em sua trajetória de vida.

Terminada a Revolução, tempos de paz voltaram. Meu Vô Bastião deixou o Vale do Paraíba, promovido que foi para a Comarca de Catanduva, então uma pequena cidade. Ele e minha avó decidiram ter mais filhos, e daí nasceram minha tia Maria Eunice e minha querida mãe, Nina, aqui presente. Foram tempos felizes da família Leme em Catanduva, quando meu avô pôde desenvolver com mais tranquilidade a sua paixão pelas letras e pela música erudita. Tornouse ávido leitor dos clássicos da literatura nacional e estrangeira. Amava as obras de Machado de Assis e Eça de Queiroz, acima de tudo. Mesmo com a carga excessiva de trabalho, algo que desde aquele tempo já era comum na atividade jurisdicional, dedicava-se à leitura durante as noites, sempre ao som de música clássica, rodeado pela mulher e pelos filhos.

O tempo passou. E o destino fez com que meu avô fosse promovido a juiz titular da Comarca de Santos, justamente na época da eclosão da 2ª Guerra Mundial. Os santistas temiam que a cidade fosse atacada por submarinos alemães e pela aviação nazista. Alemães, japoneses e italianos foram obrigados a abandonar a região. As luzes da cidade e das casas eram completamente apagadas durante as noites, como forma de se evitar ataques aéreos. Mais um período de fortes emoções para a Família Leme.

Passado o período de guerra, veio a promoção do Vô Bastião para a Comarca da Capital e, alguns anos depois, foi ele alçado ao cargo de Desembargador. Tornou-se Corregedor Geral de Justiça no início da década de 60, cargo que Sua Excelência, o presidente Nalini, também ocupou. E nessa ocasião a maioria de seus netos já havia nascido. Foram 26 ao todo. Esses 26 netos acabaram lhe dando 57 bisnetos e 13 tataranetos. Grande e prodigiosa família!

Cenas marcantes marcaram minha infância ao lado de meu avô. Frequentava muito a sua casa e estava sempre ao seu lado, junto com meus pais e irmãos. Lembro-me de sua aposentaria, depois de quase 40 anos de judicatura, sempre honrando o Poder Judiciário paulista. Mas fatos mezinhos também nunca me saem da lembrança. Recordo-me de sua forma idiossincrática de ouvir jogos de futebol pelo rádio. Torcedor fanático do SPFC, ele aumentava o volume quando o tricolor atacava e o diminuía quando o time era atacado. Se a situação de gol contra o SP se tornava iminente ele desligava o rádio por alguns segundos, evitando o grito de gol em favor do adversário. Eu, menino, sorria com aquela cena. Naquela época, tricolor paulista já não me seduzia. Eu já era um palmeirense roxo e achava engraçado que um homem tão corajoso, um dos mais corajosos que conheci na vida, ficasse com aquele medo do gol adversário. Era a sua forma peculiar de ouvir jogos de futebol, com sensibilidade e emoção.

Meu avô estava presente na minha posse como Promotor de Justiça, em 30 de outubro de 1990, o que me encheu de orgulho. Presenteou-me com um exemplar do Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, obra organizada pelo saudoso penalista e Desembargador desta Corte, Alberto Silva Franco, livro esse que me acompanhou por vários anos nas Comarcas em que trabalhei.

Alguns anos depois, após um período de saudades e tristeza causado pela morte da sua amada Zita, ele nos deixou. Era uma noite de carnaval do ano de 1996. Pela primeira vez na vida eu assistia ao desfile das escolas de samba do RJ. Da arquibancada, recebi um telefonema de minha mãe informando sobre o seu falecimento. Tentei disfarçar a dor, mas não aguentei, comecei a chorar. A Escola de samba Acadêmicos do Salgueiro começava seu desfile. Ao meu lado, uma senhora vestida com as cores do Salgueiro, notando o meu choro, inocentemente me disse: É mesmo linda a nossa Escola, não é? Acenei positivamente e em seguida deixei o local, invadido por um misto de tristeza e alegria. Tristeza, por óbvio, pela morte de meu querido avô, e alegria porque de pronto me vieram à mente momentos bonitos de sua vida tão bem vivida. Às vezes, até a morte tem algo de poético. É o que faz com que a vida valha a pena!

Senhor Presidente, em nome de minha família, agradeço imensamente a Vossa Excelência por essa



solenidade.

Senhoras e senhores, queridos familiares, muito obrigado!

Para finalizar o evento, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eros Piceli agradeceu aos oradores por terem dado vida “às lembranças que guardamos de homens tão significativos para o Tribunal de Justiça. É uma honra partilharmos da companhia de vocês”, disse.

Estavam presentes também o presidente da Seção de Direito Público do TJSP, desembargador Ricardo Mair Anafe; o presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco; o vice-presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Associação Paulista de Magistrados, desembargador Renzo Leonardi, representando o presidente; o vice-presidente da Academia Paulista de Magistrados, desembargador Ademir de Carvalho Benedito, representando o presidente; o representante da OAB-SP, João Boyadjian; o conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, Rogério de Menezes Corigliano; os filhos do desembargador Pedro Alcântara da Silva Leme: Luis Henrique da Silva Leme, Patricia Gadia da Silva Leme, Maria Cecília da Silva Leme Machado e seus netos Pedro, Mariana e Giovana; os filhos do desembargador Sebastião de Vasconcellos Leme: Maria Inês Leme Brito e Maria Evangelina Leme Marcos Garcia; demais desembargadores, juízes, advogados, autoridades civis e militares, familiares, amigos dos homenageados e servidores.

